

## DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO E NOVA REGIONALIZAÇÃO (\*)

Léa Goldenstein (\*\*)

Manoel Seabra (\*\*)

### I — Capitalismo e Divisão Social e Territorial do Trabalho

O surgimento do capitalismo, como modo de produção dominante de uma formação econômico-social, pressupõe a existência de formas avançadas de divisão do trabalho e a permanente redefinição das proporções e do significado social e territorial desta divisão.

LIPIETZ (1977) apresenta esta divisão do trabalho social sob dois aspectos.

— uma divisão “horizontal”, a divisão entre ramos de atividade; a divisão cidade-campo; a divisão inter-urbana; a divisão entre comunidades (locais, nacionais e internacionais), etc.;

— uma divisão “vertical” entre grupos sociais, dominantes e dominados, presentes no processo de trabalho dos mais variados setores e que, na base econômica se definem em relação à posse ou não dos meios de produção (1).

Na verdade, há interação entre divisão social e divisão técnica do trabalho. Na divisão “horizontal” está contida uma divisão “vertical” que subordina a expressão econômica, política e social das atividades e conseqüentemente dos sujeitos coletivos (exploradores e explorados; dominantes e dominados) que as integram.

Qualquer processo de trabalho, em suas etapas intelectuais ou na produção *strictu sensu*, implica na

utilização de meios materiais, que têm uma dimensão espacial, o que leva a divisão social e técnica do trabalho a ter uma dimensão territorial. Essa divisão territorial, não sendo alheia aos dados objetivos representados pela diversidade das condições naturais, é a dimensão espacial das formas de divisão social do trabalho (LIPIETZ, 1977).

Sob o capitalismo, o desenvolvimento das atividades econômicas não se dá de maneira uniforme entre os diversos ramos e seus setores. Esse desenvolvimento desigual não é meramente fruto da reprodução de uma situação historicamente presente nos primórdios da definição do modo de produção capitalista. Resulta de determinações que interferem no processo de acumulação de capital e guardam aspectos ora mais especificamente técnicos, ora mais especificamente econômicos ou político-econômicos. E ainda, de todas as formas de desigualdade que opõem exploradores e explorados, dominantes e dominados, e, em particular, a burguesia e o proletariado.

Técnicos, no sentido de que não existem condições de conhecimento científico e tecnológico que possam ser aplicadas igualmente em todos os ramos da atividade econômica. Neste sentido persistem, por

(\*) — Recebido para publicação em outubro de 1980.

(\*\*) — Respectivamente Professor Adjunto e Professor Assistente Doutor do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

(1) — Implica também formas manuais e intelectuais presentes no processo de trabalho

exemplo, significativas diferenças entre a agricultura e a indústria (2).

Mais especificamente econômicos, no sentido de que as várias mercadorias, que são produzidas em um mesmo período, não têm a mesma dimensão de mercado real e potencial (não surgiram todas ao mesmo tempo, etc), consideradas, é claro, as diferenças relacionadas com a própria estrutura do consumo. A simples consideração deste aspecto sugere a existência de setores mais ou menos dinâmicos nas atividades econômicas em direção aos quais migra o capital.

Econômicos também, no sentido de que, do mesmo modo que o conhecimento científico-tecnológico tem uma dimensão histórico-cumulativa — não se oferecendo a realidade objetiva de uma vez para sempre ao cientista — o aprendizado das técnicas de complexidade extremamente diversa, por parte da força-de-trabalho em reprodução, implica significativamente diferenças de duração. Em outras palavras, de custo social. Isto nos remete à questão da qualificação da mão-de-obra e à interferência desta qualificação no valor-trabalho (e conseqüentemente no preço de produção) das mercadorias.

Pela tendência ao nivelamento da taxa de lucro dentro de um mesmo ramo e entre os ramos (transferências de mais-valia dos ramos com baixa composição orgânica do capital para os de alta), chega-se ao caráter combinado do desenvolvimento desigual entre ramos e, portanto cidade-campo, interregional, internacional.

Econômicos ainda, mas com dimensão política mais nítida, quando se considera as diferenças de valor da força-de-trabalho de mesma qualificação de um lugar para outro, de um mesmo país ou de países diferentes, em decorrência de sua abundância numérica relativa e, o que não deixa de guardar relação com esta expressão numérica mas não se limita a isto, sobretudo pela dimensão da força sindical e política dos assalariados frente aos patrões e ao Estado. Isso nos remete às formas mais recentes de

intercâmbio desigual entre setores de atividades — de um mesmo país ou no nível internacional (3).

Assim, a acentuada diferença de tecnologia que se pode aplicar (por razões técnicas e econômicas) à agricultura de um lado e à indústria de outro, permite a concentração do capital sob forma de trabalho morto e trabalho vivo em um território restrito. Daí o caráter concentrador e urbanizador da chamada Revolução Industrial.

A divisão técnica do trabalho, intensificando cada vez mais as relações inter-industriais, as necessidades infra-estruturais, a existência de um complexo mercado de mão-de-obra, a concentração bancária, de serviços em geral (inclusive instituições de caráter científico e tecnológico) os mais variados, tornam, de fato, a grande cidade um meio muito favorável à acumulação capitalista.

Essa desigualdade não se resume às diferenças de desenvolvimento entre cidade e campo. O desenvolvimento desigual das cidades e do campo, de uma área para outra do território do país, adquire dimensão nacional e ainda internacional.

As acentuadas desigualdades de desenvolvimento entre os países que constituem o sistema mundial, diferenciando-os, de maneira evidente, em dois grandes conjuntos (desenvolvidos-subdesenvolvidos; dominantes-dominados; centrais-periféricos; etc) é uma desigualdade combinada que se produz e reproduz pelos mecanismos do intercâmbio desigual.

Esse intercâmbio desigual teria, em uma de suas formas, explicação na chamada “lei das vantagens comparativas” (Ricardo, citado por Lipietz), segundo a qual, na divisão internacional do trabalho, aos países que têm condições de produzir a menor custo

(2) — É preciso reafirmar que sob o capitalismo, em particular, o próprio desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica é condicionado pelas necessidades (e portanto interesses) da acumulação do capital.

(3) — LIPIETZ (1977) faz distinção entre duas formas de “intercâmbio desigual”. Denomina a primeira “intercâmbio desigual no sentido amplo” e a segunda de “intercâmbio desigual no sentido restrito”.

reservam-se os processos de trabalho mais sofisticados, transferindo para os outros os mais banais. O que implica em um intercâmbio desigual em favor dos países que detêm os ramos de mais alta composição orgânica do capital (LIPIETZ, 1977).

Na atualidade, sob o capitalismo monopolista, com a penetração nos chamados países dependentes dos ramos de alta composição orgânica, o intercâmbio desigual tende a assumir nova forma, relacionada com o custo de reprodução da mão-de-obra. O que faz com que o trabalhador do país dependente desempenhe um duplo papel: enquanto produtor, participa na definição de um único valor (trabalho) internacional e, enquanto consumidor, submete-se a padrões de consumo inferiores aos de igual qualificação dos países do centro do sistema (4).

A essas duas formas de intercâmbio desigual pode-se acrescentar uma terceira, que decorre da presença no mercado de preços de monopólio que são praticados pelas empresas altamente concentradas, em particular nos ramos de tecnologia mais avançada. Empresas essas situadas, geralmente, nos países do centro do sistema.

Quer se considere os países do "centro" do sistema, quer os da sua "periferia", internamente o desenvolvimento assume significativas desigualdades territoriais.

Dentro de cada país, as desigualdades nas relações entre os ramos de diferentes graus de composição orgânica do capital se manifestam como desigualdades territoriais e combinadas no sentido de que o intercâmbio "penaliza" os ramos com menor composição orgânica e, conseqüentemente, os territórios onde eles dominam a estrutura da economia produtiva.

A concentração territorial (para a obtenção das chamadas "economias externas" sob seus dois aspectos: vantagens de localização e de aglomeração) leva à definição de poucas (quando não de apenas uma) grandes concentrações urbano-industriais.

## II — Conceito de Região Econômico-Política

Este trabalho trata justamente da estruturação sócio-espacial do território de um país, no caso o Brasil. O levantamento da problemática das formas que assume o desenvolvimento desigual nos permite, em seguida, considerar o que os Geógrafos denominam de região (5).

Nossa preocupação diz respeito à questão da existência e conceituação, na estrutura sócio-espacial dos países, de unidades articuladas entre si, de forma complexa, mas diferenciando-se das demais pela estrutura econômico-social, política interna e pela sua posição espacial específica. Coloca-se o problema de sua continuidade territorial e delimitação.

Face à problemática a que nos propomos — divisão territorial do trabalho e regionalização — procuramos trabalhar com a conceituação econômico-política, apoiando-nos no confronto das conceituações basicamente semelhantes de dois autores, não geógrafos, LIPIETZ (1977) e OLIVEIRA (1975), já que apoiados numa mesma postura teórica-metodológica: a do materialismo histórico.

Para Francisco de Oliveira (1975, p. 25/31), a região econômico-política é um dado da realidade objetiva das formações econômico-sociais nacionais, tem uma dimensão espacial cuja especificidade pode ser rigorosamente determinada no contexto teórico metodológico que adota:

— é o resultado da divisão territorial do trabalho e de suas transformações em uma "economia nacional": regionalização como produto do desenvol-

(4) — LIPIETZ (1977) — "Intercâmbio em sentido amplo" corresponde à articulação externa e "intercâmbio em sentido restrito" corresponde à integração.

(5) — Não que não fosse interessante nem necessário, mas os limites desta nossa contribuição obrigam a deixar de considerar toda a problemática, fundamental para a Geografia, que envolve o conceito de região, todo o debate teórico-metodológico que diz respeito, de um lado, à própria existência objetiva da região, e do outro, para os que sustentam a sua objetividade, a sua natureza.

vimento desigual interno e do caráter e ritmo dos conflitos sociais nas diversas partes (regiões). No caso brasileiro a divisão territorial do trabalho se apresenta sob o controle hegemônico da produção capitalista através de seus setores de produção mais avançados, hierarquicamente subordinados ao capital internacional de caráter monopolístico;

— tem sua especificidade dada pela dominação de uma forma de reprodução do capital e de suas relações de produção e a que correspondem, de forma não mecânica, uma estrutura de classe peculiar, incorpora-se uma especificidade da estrutura de dominação político-regional;

— é uma realidade em que as classes dominantes locais “fecham” o território à penetração de formas diferenciadas de geração do valor e de novas relações de produção, na medida em que através da dominação política conseguem reproduzir a relação social de dominação predominante;

— tem sua especificidade determinada não apenas internamente mas também pela sua inserção em um todo mais amplo, que se reproduz sob os esquemas da reprodução ampliada do capital, e que inclui outras “regiões” com níveis distintos de reprodução de capital e relação de produção;

— não é o espaço social locus de dominação de um outro modo de produção nem de uma formação social singular, pois trata-se da constituição de regiões dentro de uma formação econômico-social dominada pelo modo-de-produção capitalista.

Finalmente, sustenta o autor que a extensão da etapa monopolística do capital a todos os ramos e setores de atividade econômica de um dado território nacional implica um processo de desaparecimento da “região” tal qual a conceituou, como fruto da fusão sucessiva de várias formas de capital: predominância do capital industrial, fusão do capital bancário e industrial e, na etapa monopolística, pela especial fusão: Estado-capital monopolístico.

Para Alain Lipietz (1977) (6),

— o espaço sócio-econômico concreto é produto da articulação das espacialidades próprias às relações definidas nas diferentes instâncias (econômica, política, ideológica) dos diferentes modos-de-produção presentes na formação social dominada por um deles. Existe uma topologia própria a cada relação social considerada. “A sociedade recria seu espaço na base de um espaço concreto já dado — ‘um capital fixo coletivo’ — herdado do passado” (p. 22) cujas transformações são sempre efeito do conjunto das instâncias da formação social;

— a região aparece como produto das relações interregionais (talvez fosse o caso do autor dizer territoriais, espaciais) e estas como uma dimensão das relações sociais que polarizam riqueza e pobreza, dispondo-as diferencialmente no espaço. É preciso explicar quais os mecanismos que levam a polarização a adquirir “a evidência de uma divisão espacial empírica”;

— assim como o “fato nacional”, o “fato regional” tem a “realidade de totalidades concretas sobre-determinadas pela polarização das forças sociais e políticas” (p. 27);

— a “armature” social de uma formação social regional é uma “região de articulação das relações sociais que não dispõe de um aparelho de Estado completo, mas onde se regulam as contradições secundárias entre classes dominantes locais” (p. 33), e destas com as classes dominantes nacionais e até internacionais. Contradições condicionadas pela fase atingida pela articulação dos modos de produção e do estágio atingido pelo capital local;

— as relações inter-regionais se apresentam sob forma de articulação externa através do mecanismo de intercâmbio desigual em sentido amplo; sob for-

(6) — Este autor faz a crítica da concepção empirista do espaço (contida nos trabalhos de geógrafos e economistas) a partir da crítica da concepção empirista do tempo feita por L. Althusser. Diz textualmente que se utiliza do que julga válido da “leitura” feita por este das obras de K. Marx.

ma de integração, através do mecanismo de intercâmbio em sentido restrito;

— a acumulação do capital se dá de forma diversa no(s) centro(s) e na(s) periferia(s): a acumulação “autocentrada” no centro e “extravertida” na periferia e pela síntese, através dos mecanismos de intercâmbio desigual dos dois processos (p. 65-70). Sob o domínio internacional do capital monopolista (e segundo o autor, também dentro dos países) estas diferenças são apreendidas como funcionais à divisão do trabalho, no interior de um processo de valorização de um só capital, que reproduz as desigualdades de desenvolvimento entre as regiões auto-centradas e extravertida (p. 82);

— nos países profunda e desigualmente desenvolvidos, mas onde a produção conhece um mercado único, as relações inter-regionais assumem cada vez mais o caráter de “circuito de ramo” (7);

— a permanente redivisão territorial do trabalho não é apenas um dado da dimensão econômica, do movimento de acumulação do capital, é também o efeito da reestruturação das relações inter-classes, em particular da luta que trava o capital para decompor e recompor a classe operária, a fim de impedir sua transformação em “classe para si” (p. 89). A destruição dos “antigos centros industriais” tem essa finalidade consciente e o deslocamento espacial da indústria é acompanhado de uma desqualificação e baixa de salários e, frequentemente, feminização da mão-de-obra (p. 91);

— o desenvolvimento do capitalismo e o processo de articulação leva ao questionamento do bloco hegemônico “tradicional” e sua substituição por um “modernista”. A solução, que depende da conjuntura econômica e política, revela-se sempre no âmbito nacional como aceleradora ou inibidora do processo de integração ao capital monopolístico e desdobra-se politicamente em uma “ação regional” aceleradora ou compensatória (p. 144);

— os conflitos inter-regionais decorrentes da rapidez das transformações envolvem, pelo menos de imediato, toda a “armature” social (dominantes e do-

minados) da região em dominação ou em integração. Mas, pela sua essência, são conflitos que com muita facilidade acabam sendo dirigidos por representantes das classes dominantes locais e são “resolvidos” por novos compromissos entre estas e o capital monopolista. As classes dominantes locais se reintegram na nova “armature” social em formação (p. 146).

Como dissemos, a nosso ver, as posições dos dois autores a propósito da natureza da região (na realidade capitalista) e dos processos de regionalização são basicamente as mesmas. São realidades objetivas complexas (totalidades sintéticas contraditórias), produtos de processos de diferenciação do desenvolvimento dos diversos ramos do modo de produção capitalista em sua dimensão espacial; produtos das repercussões desse desenvolvimento na estrutura social em que há uma especificidade da dominação política que “legítima” as formas de acumulação do capital face às classes dominadas e face às dimensões nacional e internacional de dominação do capital. Isso permite, para ambos, a delimitação territorial da região. Criam-se, assim, as condições de reprodução das relações de produção e das relações de força dentro da composição nacional e internacional das classes dominantes, das quais a região, como “armature” social, no dizer de Lipietz, é produto.

Gostaríamos, todavia, de comentar alguns aspectos aparentemente divergentes entre os dois autores em cujas idéias nos baseamos, sem, infelizmente, aprofundar a análise no sentido de resolver tais divergências.

Para OLIVEIRA (1977, p. 30), “a região não seria outro modo de produção nem uma formação social singular” e “o que preside o processo de constituição das ‘regiões’ é o modo de produção capita-

(7) — Segundo LIPIETZ (1977), p. 83, o “circuito de ramo” implica “especialização sincrônica dos diversos tipos de trabalho que concorrem para os processos que se entrecruzam no ramo. A pesquisa e o desenvolvimento ocorrem nos grandes centros tecnológicos; a indústria de precisão nas regiões industriais avançadas e o trabalho mais banal nos lugares em que a mão-de-obra é mais barata. Tudo visando um mercado cujo centro de gravidade pode deslocar-se livremente para cada produto do ramo”.

lista e, dentro dele, as 'regiões' são apenas espaços sócio-econômicos onde uma das formas do capital se sobrepõe às demais".

Lipietz por sua vez, concebe a estrutura da economia nacional como uma articulação de modos de produção sob a dominação do modo de produção capitalista, cuja formação social é uma articulação de "armatures" sociais regionais. O autor analisa o caso francês.

Consideramos a divergência não fundamental, na medida em que LIPIETZ (1975) usa com ressalvas essa concepção de Althusser: "A identificação de um modo não capitalista numa formação dominada pelo modo de produção capitalista é um tanto artificial (são antes 'formas' específicas de produção capitalista). Todavia, a existência de uma dinâmica própria a cada um desses modos pesa sobre as tendências próprias da formação social concebida como totalidade concreta, e é pois útil distinguir os problemas". Essa distinção é especialmente importante na etapa da análise.

Esclarecida a forma como Lipietz utiliza o conceito de articulação de modos de produção, constata-se uma maior aproximação com a abordagem de Oliveira. Este autor não se refere à estrutura em questão como articulação de modos, mas sua argumentação induz a considerá-la como uma articulação hierarquizada de formas específicas de reprodução do capital. Essas formas específicas têm uma preponderância territorial (a "região") e o entendimento das relações inter-regionais deve centrar-se nas "contradições postas e repostas exatamente pelas formas diferenciadas da reprodução do capital e das relações de produção" (p. 29). Além disso, o autor ao se referir a "... formas mais caracteristicamente capitalistas de modo de produção" pressupõe a existência de formas menos características.

Outra aparente divergência que interessaria também de perto aos geógrafos e, em particular, ao entendimento da estrutura espacial da realidade sócio-econômica brasileira diz respeito ao impacto da pe-

netração do capitalismo monopolista (com sua estreita associação ao Estado) nas "regiões econômico-políticas". Processo a que, de certo modo, os dois autores denominam de integração (8). O próprio Estado, evidentemente neste caso com nítida conotação político-ideológica, também fala em integração.

Com a hegemonia do capital monopolista sobre o território nacional, OLIVEIRA (1975) enfatiza, como tendência, o processo de desaparecimento das "regiões" (p. 25 a 30). A essa situação ter-se-ia chegado nos Estados Unidos (9).

Lipietz trata de uma realidade (a francesa) em que a hegemonia do capital monopolista é mais antiga e, sobretudo, econômica e territorialmente mais profunda que no caso brasileiro. No entanto, dá ênfase aos processos de desenvolvimento desigual produzidos de conformidade com os próprios interesses da acumulação monopolística.

Ainda aqui, salvo melhor juízo, não julgamos estar em presença de divergência essencial na análise da realidade em questão, pois Oliveira coloca, como alternativa de investigação, a natureza da região num contexto nacional controlado hegemonicamente pelos setores mais avançados (monopolísticos) da produção capitalista.

Não se trata de optar por uma ou outra das propostas feitas por Oliveira, pois, como ele mesmo sugere, trata-se simultaneamente do desaparecimento das "regiões" com um dado conteúdo na realidade, provocado pela uniformização na forma dominante de reprodução do sistema nos ramos e no território. As novas "regiões", com esta perda de um elemento significativo de diferenciação, seriam decorrentes de outras formas de diferenciação sócio-territorial que o capital monopolista produz.

(8) — Ainda que Lipietz deixe mais claro a que processo reserva o uso do termo "integração".

(9) — "... na essência do movimento de reprodução do capital, na estruturação das classes sociais, não há mais "regiões" no país norte-americano; há zonas de localização diferenciada de atividades econômicas" (p. 26).

É neste sentido que LIPIETZ (1977, p. 65) enfatiza a “revolucionarização” permanente no modo de produzir e no de consumir e, conseqüentemente, na organização do espaço, apesar de referir-se à “vocaçào à exclusividade” do modo de produção capitalista efetivamente realizado na Europa do Norte e nos Estados Unidos.

O processo de integração não elimina o intercâmbio desigual herdado. Pelo contrário, o reproduz de acordo com as necessidades da própria acumulação (LIPIETZ, 1975, p. 59 e seguintes), pois a existência de periferia (no nível nacional e internacional) é condição da possibilidade concreta de um alargamento da reprodução capitalista.

Ambos, ao estudarem a distribuição territorial do trabalho e ao se colocarem a problemática das relações inter-regionais e a existência da região, referem-se a estudos de geógrafos. Acreditamos que cabe, a partir de suas próprias referências, comentar as aproximações e divergências que existem com relação a esse tema polêmico e de significado fundamental dentro da Geografia, sem, como anteriormente dissemos, a pretensão de considerá-lo em todos seus aspectos.

Para OLIVEIRA (1975), por exemplo, o conceito de “região” econômica e política que esposa se choca com o conceito geográfico de região que se basearia em características físicas, mas que “os recentes avanços no sentido de conferir um caráter dinâmico à ciência geográfica em geral contribuem para aproximar a abordagem da moderna geografia da esposada por este trabalho” (p. 32).

Lipietz, de forma mais explícita, considera a abordagem da “região” através da crítica feita por Yves Lacoste à concepção clássica da Geografia francesa, destacando o papel de Pierre George na revisão das concepções geográficas dominantes nesse país. Sustenta Lipietz que LACOSTE (1973, 1976), apesar de constatar a existência de várias escalas em Geografia identificáveis a “espaço diferenciais de conceitualização” e ao considerar a questão da articulação dos mesmos, não coloca o problema da estrutura do todo que comanda diretamente essas va-

riações. E, portanto, não teria superado os limites do empirismo.

### III — O Processo de Integração e Regionalização do Brasil

Os processos recentes de redefinição territorial do trabalho no Brasil e suas implicações sobre a regionalização, sob o domínio do estágio monopolista do capitalismo, resultam da síntese das forças imanentes desse estágio atuando sobre as formas e as forças de organização anteriores do espaço social.

É, pois, necessário o entendimento dos processos sociais que levaram à produção dessas formas territoriais que se apresentam como elementos de atração e de repulsa à penetração das formas mais características da fase atual do capitalismo. Aliás, como foi proposto por GEIGER & DAVIDOVICH (1974) ao enfatizar a utilização do método histórico-estrutural, por Lipietz ao sustentar o caráter genealógico do espaço social e por Oliveira no mesmo sentido.

Existe um relativo consenso sobre as grandes linhas de periodização do desenvolvimento da realidade econômica brasileira, suas implicações sócio-políticas e correspondentes fases de reestruturação do espaço e, em particular, de sua regionalização.

#### A — Divisão territorial do trabalho e economia agrário-exportadora

Uma longa fase se estende desde a inserção do país na divisão internacional do trabalho no século XVI até as primeiras décadas do século atual (10) caracterizada por uma economia agrário-exportadora.

(10) — Não se trata de um período homogêneo. Para o Brasil, por exemplo, foi a passagem de colônia a país independente, o que, entre outras coisas, alterou o significado e as proporções do capital acumulado internamente. Significou também, no final do século XIX, a abolição da escravidão, o aumento do emprego da mão-de-obra assalariada, em particular na economia cafeeira, o que levou a uma nova forma de acumulação do capital, aumento do mercado interno, etc. Para o capitalismo mundial, por exemplo, nesse período se dá a passagem do estágio da acumulação primitiva para o capitalismo industrial concorrencial.

Do ponto de vista da organização espacial, essa fase produziu um território nacional que no começo do século XX se apresentava essencialmente desarticulado. Os autores que têm escrito sobre o Brasil associam essa desarticulação à idéia de arquipélago, um arquipélago econômico. Como diz com propriedade Oliveira, o país possuía uma economia nacional formada por várias economias regionais.

Não existia, de fato, uma divisão regional interna do trabalho em dimensão nacional. As diversas regiões se ligavam diretamente a centros do capitalismo mundial. Tinham em comum a valorização do setor externo, realizando um “crescimento para fora”.

A dimensão territorial do país e as condições históricas de sua valorização no período colonial e de capitalismo concorrencial produziram no Brasil regiões que, nas primeiras décadas do século XX, apresentavam diferenças marcantes no que diz respeito às formas de reprodução do capital e, conseqüentemente, também nas relações de produção.

A expansão da economia cafeeira, em áreas do atual Brasil de Sudeste, a partir das primeiras décadas do século XIX, adquire expressão no comércio internacional em meados do século, criando uma economia dinâmica (inclusive no sentido de sua mobilidade territorial) que, pelas suas proporções, representava o grande local de acumulação capitalista do país. Ao findar o século XIX, as exportações de café representavam cerca de 60% das exportações totais do Brasil.

As necessidades dessa acumulação, em boa parte financiada pela participação de capitais estrangeiros, de forma mais direta a partir da política da “valorização” do começo do século (SILVA, 1976, p. 66) haviam justificado a substituição do trabalho escravo, que caracterizara as primeiras décadas de expansão cafeeira, pelo trabalho livre, suprido essencialmente por uma expressiva imigração estrangeira.

Essa substituição não se deu por igual. Ocorreu sobretudo no Estado de São Paulo, nas áreas cafeeiras

controladas pelo binômio São Paulo-Santos. A grande mobilidade espacial da cultura, que diferenciava áreas velhas e decadentes a áreas novas e em expansão, criou importantes diferenças entre a área cafeeira controlada pela cidade de São Paulo e a área cafeeira controlada pelo porto do Rio de Janeiro, Capital Federal — grande cidade do país da época.

Constituiu-se essa região Sudeste em um mercado de consumo que criou as condições para a penetração de produtos industrializados pelos portos de Santos, do Rio de Janeiro e para o desenvolvimento do comércio e de uma classe de comerciantes importadores nessas praças e em São Paulo. Permitiu, também, a penetração por cabotagem ou vias internas de produtos alimentícios que levaram à formação de economias (e espaços) complementares, particularmente nas áreas coloniais e nas áreas de pecuária do Sul do país e áreas do Estado de Minas Gerais não cafeeiras.

No território da atual região Nordeste, desenvolveram-se diversas economias regionalizadas. Na Zona da Mata a agro-indústria do açúcar, voltada para o exterior. Essa indústria atravessara ao longo do período colonial (a partir do final do século XVII) crises ligadas à concorrência do açúcar das Antilhas e, posteriormente, do açúcar de beterraba, produzido nos próprios países temperados. Chegara ao século XX num outro período de ascensão e prosperidade (1870-1920) que provocara, inclusive, a transformação tecnológica parcial dessa economia (passagem do engenho para usina), assim como a própria extensão do trabalho assalariado no campo.

No Sertão nordestino e no Agreste, expandiu-se extensivamente a economia pecuário-algodoeira. A partir do século XVIII vem incorporar-se o cultivo do algodão à estrutura econômica de pequenos produtores (semi-camponeses) livres do agreste, fornecedores de excedentes alimentares para a Zona da Mata. Incorpora-se também a estrutura da economia pecuária praticada em vastos latifúndios do sertão, relacionados com o fornecimento de carne para a eco-



nomia açucareira. O cultivo do algodão seria incentivado na segunda metade do século XIX com a Guerra de Secessão nos Estados Unidos.

Dispersando-se por milhares de pequenos cultivadores, proprietários de terra (Agreste, em particular) mas também expressivamente por foreiros parceiros, etc., dos “coronéis” litifundiários do Sertão, essa atividade permitiu a constituição de uma expressiva estrutura de comercialização-concentração. Estrutura essa, dominada geralmente pelos mesmos coronéis, subordinados por sua vez, em termos de valorização do capital, às grandes empresas internacionais de comercialização do algodão. Mecanismo de comercialização que, aliado às relações de produção vigentes nos latifúndios, reduziu a massa de produtores diretos essencialmente aos limites mais baixos de reprodução de sua própria força de trabalho.

A concentração do comércio algodoeiro, mas sobretudo do comércio importador pelo porto de Recife, criara uma expressiva atividade comercial e uma classe de comerciantes que difundia suas atividades e interesses por parte do atual Nordeste não baiano, atingindo o Ceará e o próprio Piauí. Nesse sentido, apesar de OLIVEIRA (1975) referir-se à existência de várias regiões nesse Nordeste (11) em função das especificações de valorização do capital, os vínculos complementares existentes dão certo apoio à expressão “complexo nordestino” utilizada por CANO (1977).

Dois vastos “vazios”, ocupando mais da metade do território (atuais Centro-Oeste e Norte), completavam o quadro econômico-territorial do país.

A Amazônia experimentava no final do século XIX e começo do XX um brusco e significativo, mas curto, período de valorização, totalmente ligado ao exterior. O extrativismo da borracha que provocou um expressivo surto migratório do Nordeste e cujo resultado foi a forte acumulação nas mãos de algumas casas importadoras e exportadoras através do mecanismo do “aviamento”, ou seja, pelo financiamento

das atividades de extração, dos instrumentos, alimentos, etc., que, para a massa trabalhadora (o seringueiro), não significava sequer ter acesso às condições mínimas de reprodução de sua força de trabalho.

No Centro-Oeste existia uma pecuária extremamente extensiva com vínculos externos pouco expressivos com a área cafeeira.

No final do século XIX e começo do século XX estavam criadas as condições internas e externas para o desenvolvimento da indústria de fábrica, essencialmente de ramos ligados ao mercado de consumo interno: bens de consumo banais, representados pela indústria têxtil e alimentícia.

A existência do “arquipélago econômico”, que significava a especificidade (na forma e/ou na circulação territorial) da acumulação do capital, com a definição de vários focos autônomos de acumulação, significava, também a existência de diversos mercados regionais de consumo de produtos industrializados importados ou mesmo supridos por atividades artesanais realizadas no campo.) Esses mercados regionais de consumo tinham proporções e, portanto significados diferentes, em razão da própria expressão econômica das mercadorias voltadas para a exportação externa ou mesmo interna e das relações de produção dominantes. Levaram a indústria às principais cidades do país, principalmente àquelas que possuíam uma infraestrutura relacionada com a importação e distribuição das mercadorias. Dispersão que se submeteu à estrutura territorial então existente, reproduzindo-a e, de certo modo, reforçando as ligações intra-regionais.

Apesar dessa dispersão inicial, os grandes focos de indústria brasileira já se situavam no território do atual Sudeste, mais especificamente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Isso decorreu das proporções da acumulação na economia cafeeira, em par-

(11) — Inclusive a região da Bahia (pecuário - algodoeira basicamente) e a região do Maranhão (algodoeira).

ticular no sub-setor do comércio importador, bem como do tamanho de seus mercados internos, o que favoreceu a acumulação na própria indústria.

## B — Industrialização e formação do mercado nacional

Uma segunda fase do desenvolvimento da realidade econômica brasileira corresponde à formação do mercado nacional e, portanto, ao processo de unificação econômica do espaço brasileiro e de sua efetiva regionalização interna. Inicia-se na década de 30, tendo como marco a ascensão da burguesia industrial à condição de componente do bloco hegemônico de classes dominantes do país.

Muitos autores reservam a denominação de capitalismo industrial, ou industrialização, a esse período. Porém, de 1888 até 1933 já se dera o nascimento e consolidação do capital industrial (CARDOSO DE MELLO, 1975, p. 114) e a “substituição de importações” já alcançara o ramo têxtil e alimentício na década de 20. A alteração na composição de forças (ligadas também à própria crise da economia cafeeira) refletiu-se no comportamento do Estado com relação a esse processo de industrialização que passou cada vez mais a ser o motor da acumulação geral do capital no país. A partir daí, pode-se falar em “movimento endógeno de acumulação em que se reproduzem conjuntamente a força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais”, ainda que se trate de uma “industrialização restringida”, pois “as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria a capacidade produtiva crescer adiante da demanda, auto-determinando o processo de desenvolvimento industrial” (CARDOSO DE MELLO, 1975, p. 116).

Essa nova etapa do desenvolvimento industrial caracterizada em particular pela implantação de diversos ramos produtores de bens intermediários e de capital (12) vai tender a concentrar-se em partes

reduzidas do território, no Sudeste e particularmente na cidade de São Paulo.

As razões dessa concentração se prendem quer à determinações de natureza estritamente econômica, quer à atuação política da burguesia industrial dentro do aparelho do Estado.

Ao iniciar-se a década de 30, São Paulo e Rio de Janeiro concentravam quase 60% da produção industrial brasileira, sendo nítido o dinamismo de São Paulo e a relativa estagnação do Rio de Janeiro. Representavam o “meio-urbano” mais favorável à implantação de novas indústrias. (Tabela 1)

TABELA 1

*Concentração da produção industrial brasileira*  
(participação em %)

Estado	1907	1919	1939
São Paulo	15,9	31,5	45,4
Guanabara-Rio de Janeiro	38,8	28,2	22,0

FONTE: CANO (1977, p. 253).

O mercado de consumo essencial desses bens intermediários e bens de capital eram as indústrias de bens de consumo e as obras de infra-estrutura e construção civil. A implantação desses ramos no Sudeste já representava uma significativa divisão inter-regional do trabalho. Produziam para o mercado nacional, ainda que este se situasse essencialmente no próprio Sudeste. Revelava também, uma redivisão do trabalho dentro do próprio Sudeste, que mostra a forte concentração industrial na cidade de São Paulo.

Porém, a concentração industrial no Sudeste e em particular em São Paulo, nessa fase, não foi ape-

(12) — Que tem aliás seus primórdios na década de 20 “através da instalação de um ainda incipiente compartimento produtor de bens de produção. Cimento, aço, metalurgia mais complexa e indústria química despontam com planta de porte maior...”. CANO (1977), p. 242.

nas o resultado da implantação dos novos ramos industriais. Resultou também da competição que se desencadeia entre os ramos têxtil e alimentício (agro-indústria açucareira, por exemplo) que, como vimos, encontravam-se relativamente dispersos pelo país desde o período agrário-exportador.

Na medida em que, através da política do governo federal, desapareciam as restrições impostas pelos Estados e até Municípios à circulação das mercadorias (13); na medida em que a abertura de estradas de rodagem e a ligação ferroviária com o Sul do país rompiam as barreiras físicas que, pelos custos de transportes protegiam os mercados regionais, as mercadorias da indústria e da agricultura do Sudeste começaram a competir decisivamente com as produzidas pelas demais regiões e, em razão de suas vantagens comparativas (escala e tecnologia de produção), provocam uma crise mais ou menos geral nessas indústrias regionais, debilitando e mesmo encerrando a atividade de muitas.

Como resultado dessa expressão nacional cresce a forte concentração das indústrias de bens de consumo banais (têxtil, alimentícia e outras que vão surgindo através do “mecanismo de substituição de importações”). Além de terem assegurado o principal mercado em expansão que é o do próprio Sudeste, conquistaram boa parte do mercado já existente e em expansão em outras regiões.

O Estado, fortemente centralizado pós-37, cria condições institucionais para a industrialização que favorecem a própria concentração no Sudeste. Refletem-se na participação direta na produção industrial em setores situados estrategicamente nas relações inter-regionais: Companhia Siderúrgica Nacional (Estado do Rio de Janeiro); Companhia Brasileira de Alcalis (Estado do Rio de Janeiro); Companhia Vale do Rio Doce (minérios de ferro); Petrobrás (monopólio estatal de pesquisa, lavra e refino de petróleo), assim como a maciça atuação na construção de infra-estrutura rodoviária e de grandes usinas hidrelétricas.

TABELA 2

Brasil - Distribuição da renda interna por setores (em %)

Ano	Agricultura	Indústria	Serviços
1939	28,5	18,8	52,6
1949	24,9	26,0	49,1
1959	19,2	32,6	48,2
1965	15,9	32,5	51,6
1970	10,2	36,3	53,5
1975*	10,5	39,4	50,1
1978*	11,2	37,1	51,7

\* Estimativas

FONTE: Dados de 1939 extraídos de OLIVEIRA & REICHSTUL — (1977) e os demais de “Indicadores Sociais — Tabelas selecionadas” FIBGE, 1979. Todos tendo como fonte primária o IBGE — Fundação Getúlio Vargas.

Ao findar essa etapa a indústria se apresenta como motor da acumulação geral, e como maior geradora direta da renda nacional. Além disso alterou-se o papel da indústria e da agricultura na geração indireta da renda através do setor de serviço: em meados da década de 30, estes estavam basicamente ligados à agricultura de exportação; o mesmo não acontecendo em meados da década de 50, quando, ao lado daqueles ligados à atividade industrial se expandem os serviços relacionados com a agricultura de mercado urbano-industrial interno. (vide Nota A no final do trabalho).

As contas nacionais de 1959 já destacam o que podemos considerar uma redefinição da divisão internacional do trabalho. Redefinição que se prende aos mecanismos de “substituição de importações”, que, por sua vez, levam a novas necessidades de importação (de bens de consumo duráveis, novos bens de capital, etc), e à expansão do setor agrícola no sentido dos mercados urbano-industriais internos.

A urbanização do país revela a alteração na sua estrutura econômica e o caráter dominante da acumulação industrial (Tabela 3).

(13) — O aumento do poder federal sobre os Estados e Municípios cria também as condições institucionais para a maior liberação do exército de reserva latente, concedido sobretudo no Nordeste mas também nas zonas rurais de Minas Gerais.

TABELA 3

Ano	% da população urbana
1940	31,3
1950	36,2
1960	44,9
1970	56,0

FONTE: Recenseamento Geral do Brasil.

É no nível da divisão inter e intra-regional do trabalho que se faz sentir o impacto diferencial da localização industrial, altamente concentrada sobretudo em São Paulo.

TABELA 4

*Brasil - Distribuição regional da renda interna (em %)*

Regiões	1949	1959	1970
Norte	1,7	2,0	2,1
Nordeste	13,9	14,5	11,7
Sudeste	67,5	65,0	65,5
Sul	15,2	16,2	17,1
Centro-Oeste	1,7	2,3	3,6

FONTE: Centro de Contas Nacionais. Fundação Getúlio Vargas/IBE.

O Sudeste em 1949 já gerava 65,5% da renda nacional. A concentração da renda nacional nesta região até fins da década de 50 se prende à atividade industrial e, também, à manutenção da participação de sua agricultura no conjunto do país. Significando essa manutenção um impacto direto e indireto da industrialização sobre a atividade agrária, aprofundando seu caráter comercial, mesmo quando na pequena produção mercantil predomina o trabalho familiar.

O Nordeste perde posição relativa na indústria ao longo de todo o período. A agricultura, que tivera diminuída sua participação na década de 40, recupera esta participação na década de 50, revelando a tendência da redivisão inter-regional do trabalho. Na sua estrutura econômica, presa às formas "tradicionais" de produção no campo e na cidade, reflete-se por toda esta fase, o impacto da competição agrícola-industrial do Sudeste e agrícola do Sul.

No Sul, a indústria mantém os ritmos de crescimento do país e é expressiva na década de 50 a ascensão da agricultura. Mantém esta seu caráter de complementaridade com o Sudeste e mesmo de

participação no abastecimento do Nordeste. Mas, começa a se fazer sentir a concorrência da agricultura diversificada de São Paulo e de certas áreas de Minas Gerais (CASTRO, 1971, p. 105 e seguintes). Parte expressiva desse aumento de participação deve-se ao incremento da agricultura norte-paranaense, em particular do café (década de 40 e meados de 50), e aos vínculos muito estreitos com o Sudeste estruturado a partir de São Paulo.

A indústria do Sul do país (sobretudo Rio Grande do Sul e Vale do Itajaí em Santa Catarina, onde situam-se Blumenau e Joinville) acompanha os ritmos da industrialização brasileira.

Primeiro, porque parte dessa indústria, em particular a do Vale do Itajaí, consegue vantagens comparativas ligadas à qualificação da mão-de-obra, à capacidade precoce de formação regional do empresário nas áreas coloniais e também à precoce acumulação local de capital. Compete no mercado nacional (pela especialização na produção de algumas mercadorias de padrão superior (SINGER, 1968, p. 128 e seguintes), ofertadas com características monopolísticas.

Segundo, no caso do Rio Grande do Sul, porque havia um mercado regional extenso e variado, representado pelas áreas coloniais em geral o que, dadas as relativas dificuldades de acesso terrestre ao Sudeste, sustentou suas indústrias "regionais regionais" (CASTRO, 1971, p. 109 e seguintes).

O Norte, no período em questão, manteve-se praticamente isolado do mercado interno, não tendo participado das formas de redivisão do trabalho que estavam em andamento, tendo como centro o Sudeste industrializado e como "dependentes" o Nordeste e o Sul, cujos papéis eram cada vez mais impostos pela reestruturação econômica do Sudeste. Esse isolamento e a falta de estímulo do mercado internacional, explica a queda na participação relativa da economia agrícola e industrial da região (OLIVEIRA, REICHSTUL, 1977, p. 52).

O Centro-Oeste, após a segunda guerra começa a configurar-se como extensão da agricultura do Sudeste nas áreas que lhe são contíguas.

Procurando as linhas gerais do impacto da industrialização do Sudeste até meados da década de 50 destacamos:

— o processo de “destruição” da estrutura de economias regionais pela competição dos ramos de produção industrial e também agrícola, pela capacidade de produzir melhor e a menores custos. Essa competição questiona as formas dominantes de valorização do capital das regiões “dependentes”, acelerando o movimento de concentração e centralização do capital na região “central”;

— a locação de atividades produtivas (matérias primas minerais e agrícolas e gêneros alimentícios, beneficiados ou não) nos territórios vazios ou de pouca expressão econômica anterior. E no próprio Sudeste e nas suas bordas, como também nas regiões (NE), onde foi significativa a destruição das estruturas econômicas regionais;

— o desenvolvimento de forma de intercâmbio desigual no sentido amplo (articulação externa segundo Lipietz) como resultado da criação de uma economia nacional regionalizada em detrimento das áreas (ainda principalmente o NE) em que era marcado o domínio das atividades ditas primárias;

— o deslocamento de capitais excedentes (sem condição favorável de valorização na região para o Sudeste;

— a mobilização do exército de reserva latente nas áreas rurais do Nordeste e Minas Gerais, consequência do impacto dos mecanismos contidos no processo de articulação sobre uma estrutura agrária dominada pela grande propriedade latifundiária (pecuário-algodoeira e agro-açucareira) e valorizada por relações de produção não caracteristicamente capitalista e por minifúndios cada vez mais subdivididos. Essa mobilização foi favorecida por medidas institucionais (reforço do poder político central face ao poder repressivo dos coronéis e senhores de engenho representando o poder político local regional), pela criação de novas vias de circulação e melhoria das existentes.

## C — Capital monopolista e regionalização

No Brasil, a passagem da fase da indústria tipicamente de “substituição de importações” para a atual, de associação e presença na produção dos grupos monopolísticos, deu-se apoiada financeiramente nos organismos de crédito governamentais e em isenções fiscais globais, setoriais e regionais. Representa mudanças marcantes no padrão de acumulação que se situam no tempo a partir de meados da década de 50.

Após a Segunda Guerra Mundial, o capitalismo experimenta um “rápido e concentrado processo de internacionalização (...) funcionando como um mecanismo de extensão e aprofundamento de fronteiras de acumulação produtiva em escala global” (COUTINHO & BELLUZZO, S.D., p. 19).

Como decorrência do esforço de guerra, de um lado, criando as condições de renovação tecnológica, em particular no ramo eletrônico e, de outro lado, pela própria expansão do consumo de bens duráveis, que se seguiu à retração durante a Guerra, a acumulação do capital toma um forte impulso no sentido da internacionalização.

Simultaneamente à expansão monopolística do capitalismo norte-americano, seu dinamismo criava condições de novas formas de articulação da economia mundial, permitindo a penetração em seu interior de produtos alemães e japoneses, ao mesmo tempo em que suas empresas penetravam profundamente os países do Mercado Comum Europeu, o que deu a eles, e ao Japão, condições de fortalecimento financeiro (centralização) e renovação tecnológica.

A internacionalização da economia capitalista como um todo começava a criar um circuito financeiro internacional.

Em alguns países da “periferia”, entre os quais o Brasil, em que o período de desenvolvimento industrial anterior criara um “meio urbano-industrial”, capaz de receber ramos mais avançados, em particular de produção de bens de consumo duráveis, o capitalismo monopolista pôde penetrar maciçamente.

A participação do Estado no Brasil foi precipitada pela necessidade da constituição simultânea de um complexo setor de bens de produção para apoiar a produção de bens de consumo duráveis, entre outros, que requer a disponibilidade de volumes elevados de capital, pressupondo um "grau avançado de sua concentração e centralização" (COUTINHO & BELLUZZO, p. 20). Participação direta, através das empresas do Estado, estrategicamente situadas no movimento geral da acumulação monopolística e, sobretudo indireta, através do Tesouro Público no financiamento geral de toda a acumulação (14).

Essa nova etapa de industrialização do país irá desencadear o processo de integração da economia nacional, no sentido em que Lipietz a concebe, assim como também o de integração — homogeneização econômico-política como prefere OLIVEIRA (1975), implicando novas e profundas modificações na organização do seu espaço.

Este impacto pode, grosso modo, ser percebido pelas contas nacionais, no que diz respeito à distribuição da geração da renda pelos três grandes setores da economia (Tabela 5).

O Sudeste do Brasil, São Paulo em particular, tinha as condições de desenvolvimento urbano-industrial prévia que lhe permitiram renovar-se com a rapidez demandada pelo crescimento acelerado ("50 anos em 5" como pregava a ideologia desenvolvimentista). Por isso acabou atraindo o essencial das unidades fabris ligadas aos novos ramos da economia brasileira. Nesse sentido, essa região continuou a ser, e agora de modo mais intenso e qualitativo a indutora da redefinição territorial do trabalho.

A participação geral do Sudeste na geração de renda interna permaneceu praticamente estável na década de 60: 1959 = 65,0% e 1970 = 65,5%. Porém, mais acentuadamente que na fase anterior a região concentra a produção industrial, atingindo, em 1970, 80,3% da renda do setor no país, e transferindo nitidamente, as atividades agrícolas para as demais regiões (Tabela 5).

TABELA 5

*Distribuição Regional de renda Interna por Setores de Atividade*

1939				
Regiões	Agr.	Ind.	Serv.	
Norte	3,3	2,3	2,4	
Nordeste	23,0	12,1	14,9	
Sudeste	47,0	71,1	69,0	
Sul	22,2	12,9	12,5	
Centro-Oeste	4,5	1,0	1,2	
Total	100,0	100,0	100,0	
1949				
Regiões	Agr.	Ind.	Serv.	Total
Norte	1,7	0,9	2,0	1,7
Nordeste	19,3	9,7	13,0	13,9
Sudeste	54,7	75,3	70,7	67,5
Sul	21,1	13,4	12,9	15,2
Centro-Oeste	3,2	0,7	1,4	1,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
1959				
Regiões	Agr.	Ind.	Serv.	Total
Norte	2,4	1,3	2,3	2,0
Nordeste	27,9	7,5	12,7	14,5
Sudeste	38,1	78,1	68,7	65,0
Sul	26,9	12,3	14,1	16,2
Centro-Oeste	4,7	0,8	2,2	2,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
1970				
Regiões	Agr.	Ind.	Serv.	Total
Norte	3,6	1,1	2,4	2,1
Nordeste	20,3	5,7	13,1	11,7
Sudeste	33,7	80,3	63,8	65,5
Sul	35,4	12,0	16,3	17,1
Centro-Oeste	7,0	0,9	4,4	3,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Dados de 1939 — Centro de Contas Nacionais — IBRE — FGV, segundo OLIVEIRA & REICHSTUL — (1977)

Dados de 1949, 1959 e 1970 — IBRE — Fundação Getúlio Vargas — DEISO-IBGE, segundo "Indicadores Sociais — Tabelas selecionadas", FIBGE, 1979.

(14) — "A profunda imbricação do Estado com as grandes corporações, que é a característica mais saliente do capitalismo monopolista e simultaneamente do Estado Moderno, coloca em primeiro plano a necessidade do estabelecimento ou da fixação da taxa de lucros para o capital monopolista e nisto reside a característica política mais saliente do Estado". OLIVEIRA (1975, p. 106).

Dentro do Sudeste, a indústria intensificou sua concentração no Estado de São Paulo, pelo menos até o início da década de 70, passando de 54% para 71%, de 1950 a 1970, do valor da produção industrial da região.

Em 1970 o Sudeste detinha 80,3% do valor da transformação industrial do país e 70,1% do emprego e São Paulo 57,2% e 48,3% respectivamente.

A penetração do capital monopolista, à qual se associam as questões políticas reveladoras de conflitos de interesses da “burguesia nacional” e grupos sociais ligados a formas mais nacionalistas de progresso econômico, têm como marco político fundamental o chamado “Plano de Metas” do Governo Federal (1956-1960).

Marco da implantação no país do planejamento global, o “Plano de Metas”, voltado para o crescimento industrial, teve como consequência, a aceleração da concentração da atividade econômica, sobretudo em São Paulo.

Essa região “central”, que recebeu de início todo o impacto da implantação industrial característica dessa nova fase, teria como resultado uma transformação quantitativa e qualitativa da sua estrutura produtiva industrial. Essa estrutura passou a ser cada vez mais dominada por ramos ligados à produção de bens de consumo duráveis: indústria automobilística, eletro-domésticos, etc.; por bens de capital e bens intermediários: mecânica, material elétrico e eletrônica; química pesada, destacando-se a petroquímica; indústria naval, esta última concentrada no Rio de Janeiro; expansão da siderurgia em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, constituindo-se neste último Estado um complexo siderúrgico-mecânico.

Essa transformação da estrutura produtiva, como dissemos, deu-se com profunda transformação nas formas de valorização do capital. Ocorreu a penetração do capital monopolista estrangeiro nos “ramos de ponta”, pela aquisição ou associação de

empresas originariamente de capitais nacionais, situadas em ramos dinâmicos (mecânica, farmacêutica, etc.), mas também mais recentemente, inclusive em setores tradicionais (têxteis, alimentícias, etc.). E finalmente, ocorreu a transformação do Estado em grande empresário direto — não mais apenas como agente da divisão técnica do trabalho, porém como agente da divisão social do trabalho que visa, nas suas indústrias, a extração de mais-valia social (OLIVEIRA, 1975, p. 101/102), e em coordenador financeiro interno-externo da reprodução geral do sistema.

Essa transformação técnica, econômica e financeira da industrialização do Sudeste, implicou necessariamente a redefinição de sua estrutura social e dos conflitos sociais que se refletiram no desenvolvimento das questões políticas que envolveram a sociedade e o Estado no início da década de 60 e cuja forma de “resolução” é fundamental para o entendimento da penetração do capital monopolista nas demais regiões do país, e, conseqüentemente, na redefinição social e territorial do trabalho no Brasil.

Ocorre uma transformação na estrutura das classes dominantes no Sudeste que poderia ser resumida na afirmação do poderio dos grupos econômico-financeiros que controlam o setor industrial, em detrimento das classes dominantes com interesses nos outros ramos da economia, principalmente na agricultura (15). Grupos esses onde se configura um bloco hegemônico caracterizado por uma associação de agentes internos dos grandes monopólios internacionais, entre os quais representantes da antiga burguesia nacional, cujo desenvolvimento foi “abortado” com a penetração monopolística, e pela tecnoburocracia do Estado.

O desenvolvimento amplo e variado das novas indústrias alterou também a composição das classes

(15) — A agricultura no Brasil perde cada vez mais individualidade como forma de atividade específica de valorização do capital, pela própria participação, induzida em parte pelo Estado, de grupos monopolísticos na atividade agro-pecuária.

trabalhadoras urbano-industriais, dando expressão econômica e política àquelas ligadas mais diretamente aos novos ramos industriais e às atividades bancárias. (Tabela 6 e 7)

TABELA 6

*Sudeste — Distribuição da força-de-trabalho por setores (em %)*

Ano	Agricultura	Indústria	Serviço
1950	47,1	19,0	33,9
1960	38,8	18,4	42,8
1970	26,9	25,0	48,1

FONTE: Censos, segundo BAER & GEIGER (1976)

TABELA 7

*Urbanização do Sudeste e do Estado de São Paulo (em %)*

Ano	Sudeste	São Paulo
1950	47,5	52,6
1960	57,4	62,8
1970	72,7	80,3

FONTE: Censos, segundo BAER & GEIGER (1976).

Diminui a expressão política dos trabalhadores e pequenos empresários do campo em função da redução quantitativa e sobretudo da maior expressão do setor urbano. Isso apesar da difusão cada vez mais generalizada de formas mais avançadas de relações de produção capitalistas no campo, em particular em São Paulo, e nas suas extensões para o norte do Paraná, Triângulo Mineiro, Mato Grosso do Sul e Sul de Goiás. Cada vez mais o trabalhador do campo adquire a condição de operário e o pequeno empresário agrícola se submete de forma real ao capital, através das indústrias agro-alimentícias, crédito agrícola, etc.

O Estado, colocando-se como componente estratégico da acumulação capitalista e da produção do valor, no dizer de Oliveira, ao mesmo tempo que tendia a dissolver o caráter ambíguo de que se reves-

tia em relação às classes assalariadas e que perdurara por toda a fase dominada pelo “populismo”, reflete cada vez mais nitidamente os interesses das classes dominantes regionais (e também nacionais) do Sudeste, ou seja, a vinculação burguesia monopolística-internacional — “burguesia nacional” associada, descharacterizada como classe social autônoma.

As necessidades da dinâmica da acumulação monopolística, pelas suas proporções, desencadearão, a partir do Sudeste, novos processos de articulação da economia e do território nacional, redefinindo sua regionalização.

Nesse período (1955 em diante) decaí a participação da Grande Região Nordeste na geração da renda interna do país: de 14,5% em 1959 para 11,7% em 1970.

Apesar do esforço de industrialização da região (SUDENE) durante a década de 60, a queda de participação na renda nacional deveu-se não só à perda de expressão relativa de sua indústria na geração da renda industrial do país, como também ao declínio da agricultura, configurado no final do período considerado.

No Nordeste, o impacto da face de industrialização não monopolística, aguçou, no final dos anos 50, as questões sociais e políticas da região, geralmente referidas como “desigualdade e desequilíbrios regionais”.

A concorrência desfavorável aos principais setores da economia nordestina, ao mesmo tempo que criou tensões entre as classes dominantes nacionais e regionais, aumentou o conflito social interno entre classes dominantes e dominadas.

A competição com o Sudeste e o intercâmbio desigual, agravaram fortemente as precárias condições de vida dos assalariados e semi-assalariados da indústria agro-açucareira, da indústria têxtil e dos semi-camponeses livres, parceiros, foreiros, moradores de condição, etc. do Agreste e do Sertão. De um lado, a falta de modernização da indústria agro-



açucareira e têxtil, enfraquecidas pela competição, aumentou a exploração dos seus próprios assalariados, de outro, a entrada de produtos agrícolas do Sudeste (e do Sul) a preços mais baratos pressionou para baixo o padrão de vida dos semi-camponeses levando-os ao aumento das áreas cultivadas e, conseqüentemente, ao aguçamento dos problemas relacionados com a propriedade da terra.

Como resposta a esse conjunto de conflitos inter e intra-regionais foi criada pelo Governo Federal no final da década de 50, a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento no Nordeste), com a finalidade específica de atuar na qualidade de órgão de planejamento regional global do Nordeste.

A criação da SUDENE, cujos limites de atuação ultrapassam as fronteiras dos Estados que compõem oficialmente a Região, passaria a sobredeterminar, como diria Lipietz, politicamente a própria existência da Região.

As proposições da Superintendência sugerem desde os primórdios a existência de mecanismos econômicos capazes de facilitar a entrada dos interesses do Sudeste na região nordestina (OLIVEIRA, 1975) (16). A forma de "resolução" dos conflitos sociais em nível nacional, em 1964, "resolve" também os conflitos sociais internos do Nordeste, e impõe a dominação da burguesia industrial monopolística às classes dominantes regionais, através do caráter fortemente autoritário assumido pelo Estado. Somente a partir daí se configura de maneira clara uma atuação da SUDENE favorável ao capital monopolístico, através basicamente do mecanismo de incentivos fiscais (17).

O resultado desses mecanismos foi a transformação da estrutura industrial do Nordeste, em favor dos ramos de bens de capital e intermediários, através da abertura de filiais e subsidiárias (ou de participação acionária em projetos de terceiros) sobretudo das grandes empresas monopolísticas de capital estrangeiro e/ou nacional situadas no Sudeste.

Esse mecanismo de barateamento do custo do capital é altamente concentrador (OLIVEIRA & REICHSTUL, 1977, p. 59). A "abertura" desse espaço ainda não ocupado por essas atividades de capital intensivo respondeu às próprias possibilidades de elevação da taxa de lucro pela penetração em um espaço "periférico", ainda não dominado pela competição monopolística.

O desdobramento das indústrias do Sudeste para o Nordeste aparentemente não segue o mecanismo do "circuito do ramo" a que se refere Lipietz, pois levou à implantação de fábricas similares na região por uma mesma empresa. Todavia, cabe ressaltar que certos ramos mais dependentes de um "meio urbano-industrial", como a indústria automobilística não tiveram seu desdobramento no Nordeste, apesar de tentativas frustradas. Por outro lado, a não vinculação ao mercado regional das fábricas implantadas no Nordeste, sugere mecanismos ligados ao circuito do ramo cujo funcionamento se prende mais ao "onde produzir?".

Elementos de complementaridade aparecem com mais clareza nas atividades vinculadas aos expressivos recursos minerais disponíveis na região. O polo petroquímico da Bahia e suas relações inter-industriais com o Sudeste é um exemplo sugestivo.

De resto, a lógica da implantação dessas indústrias diz respeito não a uma complementaridade territorial nacional mas, às condições de manutenção das taxas gerais da acumulação monopolística em escala nacional.

(16) — ..., Segundo outros autores os primeiros planos e propostas da SUDENE guardam mais características de um planejamento intra-regional do que inter-regional, sugerindo, pois, o desencadeamento de mecanismos de "fechamento" regional (BAER, GEIGER, p. 144). As divergências de opinião revelam que, desde sua criação, a SUDENE refletiu os conflitos sociais regionais e regionais-nacionais.

(17) — Trata-se do mecanismo conhecido como 34/18 através do qual as pessoas físicas ou jurídicas nacionais, e posteriormente estrangeiras, poderiam deduzir até 50% do imposto de renda devido para aplicações em projetos econômicos no Nordeste.

O crescimento da produção industrial do Nordeste revelado pelo crescimento regional do emprego industrial (1960 = 8,0%; 1970 = 10,7% da força de trabalho regional) e, sobretudo, pelo crescimento do valor da transformação industrial, não foi, todavia, suficiente para alterar significativamente a estrutura econômica da região.

A agricultura, apesar da queda de participação na renda regional: 1959 = 39,5%; 1970 = 33,4% (vide Nota B no final do trabalho), decorrente da industrialização e urbanização não sofreu internamente um forte declínio em razão da própria posição que vem assumindo na divisão inter-regional do trabalho agrícola do país, onde a participação de sua renda durante a década de 60 se eleva lentamente embora entre em declínio no final do período. No conjunto, é muito pequena a modernização e transformação da estrutura agrária nordestina, mantida intacta pela composição nacional-regional do poder político.

Comparando a participação do emprego agrícola no Nordeste com a renda agrícola na renda da região verifica-se que a queda no emprego de força de trabalho na agricultura (1960 = 69,6% e 1970 = 61,1%) corresponde queda de participação na renda regional (1959 = 39,5% e 1970 = 33,4%). Confirma-se que o crescimento da produção agrícola nordestina não resultou em expressivos transformações tecnológicas e sociais no campo.

O processo de articulação e redivisão do trabalho na região Sul já avançara bastante no decorrer do período correspondente ao capitalismo concorrencial com relação ao Sudeste, destacando-se então o caráter complementar de suas atividades agrícolas, excetuadas as lavouras do café e algodão do norte do Paraná. Na fase que está sendo examinada, aprofunda-se a complementaridade nas atividades agro-pecuárias (o "celeiro nacional") e agora também de indústrias dos ramos tradicionais e de alguns novos setores de ponta, recentemente instalados ou modernizados e concentrados.

As contas nacionais indicam de 1950 para 1970 um forte incremento da participação da região na renda agrícola nacional.

TABELA 8

Ano	%
1949	21,1
1959	26,9
1970	35,4

Aprofunda-se o caráter comercial e capitalista da agricultura regional, realçando as suas vantagens naturais comparativas à medida que avança a integração. Atinge as áreas de pequena propriedade agrícola, ligadas originalmente à colonização estrangeira e seus desdobramentos, cujas atividades passam cada vez mais de uma economia de comercialização de excedentes para a pequena agricultura comercial vinculada à agro-indústria cooperativada ou não. É mais significativo nos grandes empreendimentos agrários do Sul, altamente valorizados no mercado interno e/ou externo.

A penetração do capital monopolista no setor agrário do Sul pode ser avaliada pela própria presença do Estado e da empresa privada nas grandes tendências de substituição-ampliação de atividades, assim como pelo papel das indústrias agro-alimentícias, nacionais e estrangeiras, cooperativadas ou não, que controlam o beneficiamento, a industrialização e a comercialização da produção.

O aumento de sua participação na renda agrícola do país, garantiu ao Sul a sua posição na renda nacional na década de 60. A participação na geração da renda industrial do país (12,0% em 1970) o que representou expressivo crescimento da sua diversificação industrial e sobretudo sua transformação econômico-financeira e tecnológica.

Segundo CASTRO (1971, p. 113), não é fácil avaliar globalmente o efeito das melhorias sensíveis dos meios de circulação e de transporte nessas indústrias a partir de 50. A integração com o Sudeste re-

fletiu sobre as indústrias diversificadas do Rio Grande do Sul. A invasão das importações industriais da região "central" obrigou-as a "acatar" as novas regras do jogo. Ou se tornaram 'nacionais' (não necessariamente pela conquista de mercados extra-regionais, e sim pela adoção de padrões de tecnologia, comercialização etc., similares aos de seus concorrentes), ou admitiam a progressiva perda de seus mercados tradicionais.

Nessa modernização, ao lado de ampliações e implantações vinculadas aos chamados setores motrizes e diretamente ligadas ao grande capital, inclusive o Estado, como produtor ou agente financeiro (refinaria, celulose, papel, aços especiais, carvão mineral) deve-se destacar a concentração nas indústrias agro-alimentícias, têxteis, de couros-peles, calçados e outras mais que se lançaram na conquista de mercados nacionais e internacionais (vinícola, fumo, carnes, café solúvel, óleos vegetais, subprodutos, etc.).

Aproximou-se assim, a indústria do Sul em geral, dos padrões adotados desde a etapa anterior pelas indústrias do Vale do Itajaí.

As considerações feitas permitem concluir que pouco diferiram as formas dominantes de valorização do capital entre o Sudeste e o Sul do país. O processo de integração no sentido dado por Oliveira e Lipietz está efetivamente muito mais avançado do que no Nordeste, embora a concentração-centralização não ocorra nas mesmas proporções que no Sudeste.

Essa integração ao Sudeste de um "meio-industrial" mais complexo, representado em particular pela região metropolitana de Porto Alegre e pelo Vale do Itajaí, surge que é justamente com a região Sul que existem condições para uma divisão inter-regional do trabalho industrial nos moldes daquelas contidas no "circuito do ramo" analisado por Lipietz. Podemos aparentemente constatá-las nos setores da indústria mecânica, elétrica, eletrônica e nos próprios têxteis.

No Centro Oeste, excluída sua porção norte, cada vez mais vinculada à problemática amazônica, inclusive por ter sido incluída na área de atuação da SUDAM, acentua-se o seu caráter de extensão do Sudeste, especializando-se no fornecimento de produtos alimentícios e matérias-primas, cada vez mais beneficiadas na própria região. Esses fatos, acrescidos da ocupação e valorização de espaços anteriormente pouco povoados (Mato Grosso do Sul e centro-sul de Goiás) explicam o acréscimo expressivo na participação da renda agrícola e manutenção da participação na indústria.

O caráter de extensão do Sudeste é dado também pelas próprias formas de valorização do capital, favorecidas pela atuação do Estado na expansão das atividades agrárias, através de financiamento e facilidades do escoamento da produção; pela penetração de grandes lavouras industriais como soja-trigo, que na década de 70 vieram se somar às tradicionais culturas de oleaginosas e de arroz; pelo avanço renovado da pecuária (plantio de pastos) de cria e recria nas áreas dos cerrados centrais e do Pantanal e pelo extravazamento das áreas de invernadas (engorda) de São Paulo e do Triângulo Mineiro para o sul de Goiás e sudeste de Mato Grosso do Sul.

A implantação de Brasília, a construção da rede de circulação, transportes e comunicações necessárias para o exercício de sua função de capital, sua localização na área economicamente mais valorizada de Goiás, onde já se situavam cidades como Goiânia e Anápolis, passou a criar um território de economia mais complexa, de estruturação regional mais avançada, ainda que profundamente integrada à economia do Sudeste.

A Amazônia, que, na década de 60 ainda revelava um acentuado "isolamento" com relação aos processos de redefinição territorial do trabalho, passa nos últimos 10 anos a sofrer o impacto dessa redefinição. Em 1970 era insignificante (2,1%) a participação da Amazônia na renda nacional.

Não dispomos de dados recentes para a análise das contas nacionais regionalizadas. Porém, possivelmente, mesmo esses não espelhariam a dimensão das transformações que estão ocorrendo na Amazônia, caracterizada por uma “corrida” das grandes empresas industriais, comerciais e financeiras, nacionais e estrangeiras, às terras da região, devidamente munidas de documentos de propriedade e de projetos de implantação, na maioria agropecuários e também de mineração, e de exportação da madeira. No dizer de MAHAR (1978, p. 150 e seguintes) essas terras estão se constituindo em reservas de valor para especulação futura. Como consequência imediata, de forma muito rápida, tem-se o próprio “fechamento” da região à expansão da fronteira agrícola que mal se iniciara.

A política governamental abriu ao capital privado a Amazônia, criando, na segunda metade da década de 60, a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) que atua como “órgão de planejamento, coordenação de controle do desenvolvimento” e a SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), organismo coordenador da implantação de projetos industriais, comerciais e agro-pecuários na recém-criada Zona Franca. Além do mais, através do Plano de Integração Nacional (1970) o governo lançava-se na implantação de obras de infra-estrutura básica, grandes rodovias em particular, mapeamento e pesquisas básicas para avaliação do potencial de recursos.

A penetração nas terras agrícolas da Amazônia legal assumiu um duplo sentido:

— a colonização (SUDAM-INCRA) dirigida com objetivo de ocupar vazios e valorizar terras e também como alternativa para diminuir a pressão demográfica, em particular do Nordeste, isto é “uma espécie de válvula de segurança para evitar problemas maiores sem que medidas drásticas fossem tomadas para re-estruturar o estatuto da propriedade” (CARDOSO & MULLER, 1977, p. 141). Colonização essa cujos resultados se revelam pouco expressivos e mesmo contraditórios com relação às preocupações

de ocupação de vazios e de lançar as bases demográficas para empreendimentos agro-pecuários de grandes proporções.

— a implantação de grandes projetos agro-pecuários com incentivos fiscais como no caso do Nordeste, favoreceram a centralização do capital.

Para se ter uma idéia das proporções dos “empreendimentos”, em meados de 1970 a SUDAM já não estava aceitando projetos com menos de 25.000 ha (CARDOSO & MULLER, 1977, p. 161) para garantir a rentabilidade da exploração extensiva de gado, em particular.

Esse processo de integração monopolística do espaço, que na última década incorpora amplas áreas de terras agrícolas na Amazônia e que no dizer de Cardoso e Muller a integram em bases regulares ao mercado de mão de obra nacional, vem-se fazendo através de conflitantes relações de trabalho e até, em muitas áreas, de sérios choques pela posse de terras ocupadas a partir do final da década de 50, por migrações espontâneas com a melhoria das comunicações (Rodovia Belém-Brasília).

Estão em implantação a partir da década de 70, grandes projetos hidrelétricos, de mineração, metalúrgicos e madeireiros que revelam a associação do Estado ao capital monopolístico (18).

O impacto industrial e urbano dos incentivos se dá essencialmente nas cidades de Belém e Manaus. Belém foi favorecida até fins da década de 60 dadas as vantagens de mercado, força-de-trabalho, ligações extra-regionais e infra-estrutura urbana.

A criação da Zona Franca de Manaus, em 1967, surgiu como resposta a esse “desequilíbrio”, estimulando a concentração nessa cidade de atividades comerciais e industriais. A expansão de seu comércio livre e de sua indústria foi favorecida por isenções iniciais de direitos de importação sobre componentes estrangeiros (até 1976), seguidas por mecanis-

(18) — A ICOMI (mineração de manganês) no Amapá, “enclave” que antecede a esta fase.

mos de nacionalização progressiva (ramo eletrônico e têxtil não tradicional) configura ainda nitidamente um “enclave”. Não difundiu efeitos positivos na Amazônia ocidental, onde vem efetuando um processo de drenagem de recursos humanos e não humanos (MAHAR, 1978, p. 196).

A industrialização anterior, de Belém, sob os “mecanismos de substituição de importações” regionais foi prejudicada pelo rompimento da barreira física com a implantação de ligações rodoviárias com o Sudeste e Nordeste (19) e pela retração de mercado com a instalação da Zona Franca de Manaus, ainda que os produtos desta, em boa parte, se destinem aos mercados do Centro-Sul. Belém busca firmar-se, visando o mercado nacional e internacional naqueles ramos vinculados às vantagens comparativas contidas nas suas áreas florestais, em particular.

#### IV — Dependência, Industrialização, Estado e Novas Dimensões da Regionalização

Esta análise dos processos de redivisão do trabalho foi apoiada nas áreas a que os geógrafos brasileiros denominam macro-regiões. Porém, em razão da existência histórica de significativas diferenças de dominação territorial e de formas específicas de valorização do capital, vamos considerar, ainda que brevemente, as formas e processos de regionalização que dizem respeito à articulação interna desses espaços. Ou seja, a consideração da existência de espaços regionais de dimensão territorial menor e de outro significado sócio-político, imbricados de forma complexa no interior dessa realidade mais ampla.

Isso nos leva, de alguma forma a retomar, no que se refere em especial aos países ditos “dependentes”, questões referentes à natureza da região, dada a existência na Geografia, inclusive na brasileira, de concepções que, a nosso ver, entram em choque com aquelas que estamos procurando desenvolver.

Relativamente às concepções sobre região e regionalização, geógrafos franceses (20) ao valorizarem o processo de urbanização-industrialização na integração territorial dos espaços nacionais conceberam, como KAYSER (1966) a região como um espaço polarizado, comandado por uma grande cidade de caráter metropolitano.

Kayser apoiou suas conceituações sobre territórios europeus, marcados pela industrialização-urbanização e por uma realidade urbana muito superior no capitalismo industrial que repercutiu na complexidade das redes urbanas. Teria sido levado a considerar como realidade regional aqueles territórios cujas atividades eram intensamente coordenadas a partir de um grande centro urbano e a negar a condição de “verdadeiras regiões” a territórios organizados de outra maneira, ainda que vinculados ao capitalismo mundial.

Embora esse autor considere em separado e de forma distinta o processo de regionalização nos países socialistas e capitalistas e embora observe que a tentativa de precisão do conceito de regiões implica considerar o seu funcionamento, “pondo em jogo simultaneamente o sistema econômico e social e a etapa de evolução (o que) impossibilita uma definição do caráter universal”, insiste em referir-se às regiões francesas, ou às dos países do centro do sistema capitalista, como “regiões verdadeiras”. E conclui:

“É evidente portanto que, como regra geral, ela (sua conceituação de região) não pode ser aplicada às divisões do espaço nos países subdesenvolvidos. Pretendeu-se, por isso, que nos mesmos não existiriam regiões *stricto sensu* ou que as regiões longe de possuírem a complexidade que constitui a sua própria substân-

(19) — “Uma vez que a maioria das indústrias substituidoras de importações... concentram-se na Grande Belém, essa estrada (a Rodovia Belém-Brasília) contribuiu para a morte das empresas ineficientes e/ou que não apresentassem vantagem comparativa real” (MAHAR, pp. 139-140).

(20) — Ligados ao movimento de renovação da geografia “herdada” de Vidal de La Blache e seus principais seguidores.

cia nos países industriais, corresponderiam apenas a algumas características gerais de homogeneidade ou de complementaridade interna de ordem natural ou, a rigor, humana” (KAYSER, 1967, p. 13).

O autor ainda que distinga os processos de regionalização nos países capitalistas e socialistas, não considera sua própria historicidade e posição diferencial na estrutura do mundo capitalista. Historicidade que permite considerar a transformação de conteúdo da região e da regionalização com a passagem do capitalismo liberal ao capitalismo monopolista. Posição na estrutura do capitalismo mundial que permite diferenciar o conteúdo da região e da regionalização no “centro” e na “periferia” do sistema, bem como, nos próprios países “centrais”.

Considerados os elementos essenciais que para Kayser definem uma região, concluímos que todos estão presentes naqueles territórios que o capitalismo mercantil e o imperialismo criaram nos países coloniais ou dependentes.

De fato, nessas áreas eram nítidos os “laços entre os habitantes na organização econômica e social”; existia, necessariamente, uma organização urbana, dominada por um centro (geralmente um porto) através do qual se articulava a economia de mercado; a “integração funcional em uma economia mais ampla” fazia-se não evidentemente considerando-se o país, ou a colônia, em que a região estava inserida, mas o capitalismo mundial.

Para GEIGER (1970), geógrafo brasileiro, a regionalização expressa o desenvolvimento nacional que se dá através do desenvolvimento regional e “... quanto mais desenvolvido o país, mais intensos os fenômenos de regionalização. No Brasil, a falta de verdadeira regionalização acompanha o seu estado de subdesenvolvimento”.

De fato, quando se aceita, como SINGER (1968, p. 7 a 11) que, sob o capitalismo, o desenvolvimento econômico significa divisão social do trabalho e como esta contém uma divisão técnica que tem

expressão regional, conclui-se que esse desenvolvimento leva a formas avançadas de regionalização.

Mas, a conceituação de Geiger, assim como a de Kayser, não permite distinguir qual a “verdadeira região” e conseqüentemente a “verdadeira regionalização”. A linguagem é diferente, mas os chamados elementos essenciais são os mesmos:

“A região seria um sub-sistema de integração, com núcleo e periferia que estabelecem entre si determinado padrão de relações de autoridade e dependência e que apresentam certos padrões nas relações com o sistema” (GEIGER, 1970, p. 160).

Considerada essa conceituação, por que as regiões inseridas no sistema capitalista mundial como produtoras de matérias-primas e/ou gêneros alimentícios são menos “verdadeiras” que as regiões dos países centrais do mesmo sistema?

Por outro lado, como sustenta Oliveira, a região como realidade social concreta, produzida em certo estágio do desenvolvimento do capitalismo, tenderia ao desaparecimento, ou melhor à transformação de seu conteúdo com o processo de homogeneização desencadeada pelo domínio do capitalismo monopolista.

São posições conflitantes face a uma concepção a-histórica de região, de um lado, e à historicidade e relatividade do conteúdo regional, de outro.

Geiger relaciona a falta de “verdadeira” regionalização (desarticulação) com a condição de “subdesenvolvimento” do país, o que sugere não apenas a consideração da estrutura interna da região, como também a estruturação espacial do todo. Regionalização no sentido de articulação-integração de suas partes como decorrência da formação de um mercado nacional ou, como por exemplo, determinação das próprias necessidades de dominação política sobre países recém-criados pelo processo de descolonização.

Lipietz, citando Samir Amin, assim analisa o “modelo” de desenvolvimento “extra-vertido” que

caracteriza os países da periferia do sistema capitalista:

1 — Esse modelo se concebe em suas relações com o “centro”, havendo, pois, desarticulação na formação social interna;

2 — “Fundamentalmente há um setor de exportação, de matérias primas (indústrias agro-alimentares) e mais recentemente de produtos de montagem pouco qualificada. A renda desse setor é grandemente exportada para o capital do centro. O que sobra, remunera muito mal uma classe operária, que se reproduz numa base de consumo muito restrita (e cujos constituintes são produzidos pelo setor pré ou páleo capitalista local) e melhor, as classes dominantes locais. Estas podem participar da ‘sociedade de consumo’ mundial, mas devem importar seus bens de luxo. Sua situação econômica de classe (proprietários fundiários, etc.) não lhes impede de acumular. Todavia, esse mercado restrito pode, por sua vez, induzir uma industrialização secundária para os bens de consumo de luxo: é a política de ‘import-substitution’, que, por sua vez, se equipara na Seção I (ou seja: produção de bens de produção) do centro” (LIPIETZ, 1977, p. 68/69).

3 — Tendência à “marginalização das massas”;

4 — Dependência tecnológica e financeira em relação ao centro;

E, segundo Samir Amin, existem mais duas características;

5 — Persistência do domínio agrário;

6 — Dois tipos de grupos dominantes locais: o tipo antigo, proprietários fundiários, notáveis tribais, etc., correspondendo à articulação externa; burocracia e tecnocracia, descolvidas com a integração.

É evidente que, em muitos aspectos, esse conjunto de características não é adequado para a análise de um país como o Brasil.

Não parecem claras as razões pelas quais tais autores não pressupõem, pelo próprio desenvolvimento do mecanismo de intercâmbio desigual, que a indústria, nos diversos ramos, sem que desapareça e dependência tecnológica e financeira em relação ao centro, possa levar a tal grau o desenvolvimento das forças produtivas que passam a ser o setor fundamental da economia. E que a imperiosidade de expansão através do mercado interno tende a constituir um mercado nacional único desde a fase de industrialização através de bens de consumo não duráveis banais (21). Isso pressupõe o fim da desarticulação territorial interna, produto do capitalismo mercantilista e do capitalismo concorrencial que, no caso brasileiro, criou as condições de mercado para a dispersão inicial da industrialização.

Portanto, o processo de regionalização do Brasil, considerado na perspectiva da articulação territorial interna, foi essencialmente produto do desenvolvimento industrial (22).

Considerada, pois., a problemática da região e da regionalização, como se explica a existência de espaços regionais de outra natureza, dimensão e significado que as chamadas macro-regiões brasileiras?

A homogeneização que acompanha, no dizer de Oliveira, a expansão do capital monopolista sobre todo o território, é muito difícil de concretizar-se. Na verdade, esta homogeneização significa também a criação das condições da diversidade futura, na medida em que as próprias desigualdades são apropriadas como funcionais para a reprodução ampliada do sistema.

No Brasil, o grau de aprofundamento desse processo de integração ainda permite situações re-

(21) — No Brasil a substituição de importações foi acionada desde as primeiras etapas da industrialização e não apenas para a produção de bens de luxo.

(22) — Não nos parece aqui o lugar para tratar do interessante tema da preservação da unidade política do país, após sua independência, dentro de uma situação de desarticulação econômica interna a que geralmente aludem os historiadores.

gionais que, produto da própria redivisão territorial do trabalho, revelam acentuadas desigualdades no desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção que repercutem sobre o quadro social e político.

Se, de alguma forma, a regionalização real do país é hoje produto da integração de “armatures” sociais como prefere Lipietz, há que considerar a “sobredeterminação” dessas realidades sócio-territoriais concretas mais amplas, as macro-regiões, sobre aquelas que, embora não se encaixem nelas como peças de um quebra-cabeça, nelas se imbricam.

No Brasil, geógrafos e planejadores têm recentemente enfatizado o significado regional ou regionalizante da estruturação hierarquizada dos centros urbanos (a “rede urbana”) e da atuação político-administrativa dos Estados em que o país se divide. Atuação política não alheia a essa estruturação, pelo contrário, produzindo-a em nome dos interesses dos grupos sociais dominantes da sua esfera de atuação.

A problemática do papel regionalizador da organização urbana não está no fato de se encontrar “verdadeiras ou falsas” redes urbanas em um país cujo território é dominado pela economia de mercado, ainda que desigualmente avançada. Em todas as macro-regiões brasileiras, dominadas que são por formas de valorização do capital, existe uma organização urbana através da qual se dá no mínimo a circulação de mercadorias e o “controle” político-administrativo por parte da instância competente. Essa organização urbana apresenta características, formas e “densidades” diferentes, dado o desenvolvimento desigual das forças produtivas e das relações de produção, assim como pelo próprio caráter genealógico do espaço social (23).

A problemática se coloca no sentido de abordar a questão da inserção da rede urbana na produção do espaço social pelo movimento de reprodução do capital, e portanto qual é o significado da “regionalização” que lhe é própria.

Não se pode ignorar que pelas cidades passam dois grandes sistemas de fluxos que necessariamente se inter-relacionam: fluxos produtivos inter-industriais e fluxos de consumo final. Os primeiros não se encaixam claramente nos esquemas hierarquizados de lugares centrais, enquanto que os segundos sim.

A existência de escalas (dimensões) de regionalização que não se “encaixam”, bem como a natureza da regionalização desencadeada pelo desenvolvimento industrial no país são discutidas por GEIGER e DAVIDOVICH (1974), em artigo relativamente recente. Consideram a questão da regionalização sob a realidade capitalista e as condições políticas de sua reprodução. De certo modo aproximam-se das concepções de Oliveira e mesmo de Lipietz.

Aceitando a realidade significativa das macro-regiões, os autores destacam, todavia, o impacto diferenciado da industrialização e a “re-elaboração de estruturas espaciais que mostram força de permanência no território nacional” (p. 4). Regiões “atrasadas” cuja cristalização acabou sendo recentemente sobre-determinada pela ação política do Governo Federal criando órgãos regionais de planejamento.

O processo de industrialização teria criado novas formas e escalas macro-regionais de estruturação do espaço (p. 4). Dentre essas novas formas estaria a região polarizada, produzida pela metrópole e sua rede urbana que, para os autores se superpõe a uma situação “tradicional” (p. 4).

Na verdade, na medida em que o capital organiza o espaço, a cidade é produto e condição dessa organização. Não há apenas precedência da cidade “tradicional”, mas de todo um espaço social que condiciona a implantação da indústria e que, pelas novas necessidades da acumulação, o transforma, redefinindo, qualitativamente também a rede urbana.

(23) — Como diz Lipietz, o conhecimento da rede urbana concreta deve ser o produto de um estudo genealógico e não de estudos de natureza basicamente funcionais, como os contidos nas teorias de lugares centrais.



Pelas determinações oriundas do próprio espaço social herdado e pelas formas que assume a ação do Estado, em particular nas macro-regiões ditas “tradicionais”, as regiões nodais elaboradas a partir de metrópoles assumem, segundo os autores, o caráter de espontâneas (Sudeste e Sul) ou de incentivadas por políticas exógenas (Nordeste e Norte).

Todavia, cumpre lembrar que a ação do planejamento sob o capitalismo monopolista interessa ao conjunto da economia e, nesse sentido, o desenvolvimento espontâneo das metrópoles do Rio de Janeiro e São Paulo, na fase de industrialização que ocorre entre 1930-1955, passa a ser também produto da ação “incentivada” do planejamento global do Estado, cujo impacto, de resto, deu-se essencialmente no Sudeste.

Os próprios autores do artigo referido destacam processos diferenciais de macro-regionalização no Brasil de Sudeste, justamente em função da formação de redes urbanas complexas e hierarquizadas em decorrência do desenvolvimento industrial. Enfatizam o papel regionalizador no nível político-administrativo dos Estados brasileiros “na modernização social e administrativa (e) desenvolvimento induzido de capitais”, resultando na elevação dos serviços nos respectivos territórios. E que “particularmente no Sudeste, área não submetida a uma jurisdição oficial de caráter regional, desdobram-se outras escalas de macro-região, atribuindo nova identidade àquelas mesmas unidades estaduais que foram as únicas da Federação a se assegurar de uma hegemonia política, por ocasião da proclamação da República” (GEIGER & DAVIDOVICH, 1974, p. 6). Deixando de lado, em particular, a referência não muito clara à situação por ocasião da “Proclamação da República”, os autores referem-se a Minas Gerais, Rio de Janeiro — Guanabara e São Paulo.

Esses Estados, onde a industrialização levou a uma forte acumulação de capital, apesar da centralização federal após 1930, puderam aplicar importantes recursos financeiros em obras estaduais de infraestrutura. De modo que a região urbana nestes Estados, em particular a de São Paulo, além de se ex-

tender a todo o seu território (como tendência) expande-se, com a expansão da economia, para os territórios dos Estados vizinhos, cuja política em contrário, representando os interesses de empresários “estaduais”, nem sempre pode manifestar-se por falta de interesse da esfera federal voltada para a “integração”. Essa situação pode ser empiricamente constatada, por exemplo, nas ações dos governos estaduais do Paraná e de Minas Gerais no sentido de “capturar” suas áreas econômicas ligadas a São Paulo, através da criação de uma rede rodoviária articulada às respectivas capitais.

Enfim, na medida em que o modo de produção capitalista se aprofunda em uma formação econômica-social, aprofunda-se também a divisão social e territorial do trabalho e, neste sentido, a criação-transformação e desenvolvimento da organização urbana é produto e condição de sua reprodução. Mas, na medida em que o modo de produção não se apresenta de forma pura, na medida em que as formas de valorização dizem respeito a uma característica essencial do movimento da realidade, sua dimensão econômico-política territorial “sobredetermina” as variações, as sub-redes urbanas que constituem a rede urbana de uma formação social nacional toda articulada, como no Brasil, e são os elementos básicos para a regionalização.

Como no interior dessas macro-regiões, caracterizadas pela predominância de uma dada forma de valorização do capital estruturam-se sub-redes urbanas que também revelam formas de competição econômica entre grupos dominantes, formas de conflitos sociais e políticos, tais sub-redes articulam sub-regiões. Nessas, se “regulam” basicamente as contradições que se prendem, em particular, ao nível de atuação dos aparelhos político-administrativos dos Estados brasileiros.

*NOTA A* — No presente trabalho utilizamos, como referência de mudanças na divisão territorial do trabalho, dados divulgados pelo Centro de Contas Nacionais — DCS/IBRE/FGV.

Considerando variações nos dados relativos às Contas Nacionais, segundo as várias fontes que citamos, julgamos necessário prestar os esclarecimentos que seguem:

- OLIVEIRA & REICHSTUL (1977) — em suas análises sobre a divisão do trabalho no Brasil até o ano de 1968, se baseiam nas Contas Nacionais publicadas em *Conjuntura Econômica* vol. 25 nº 9, setembro de 1971, Rio de Janeiro.
- BAER & GEIGER (1976) utilizam os cálculos da Fundação Getúlio Vargas "Sistema de Contas Nacionais, Novas Estimativas", setembro de 1974.
- Os dados relativos às Contas Nacionais por nós utilizados e que estão condensados nas Tabelas 2, 4 e 5 foram extraídos da publicação "Indicadores Sociais" — Tabelas Seleccionadas, IBGE, Rio de Janeiro, 1979, sendo a fonte original a própria Fundação Getúlio Vargas. Os dados gerais para o país estão publicados em *Conjuntura Econômica*, vol. 32, nº 10, outubro de 1978, da referida Fundação.

Estes dados, mais recentemente publicados, revêm, *modificando-os*, os resultados referentes aos anos de 1949 e 1955 e ao período posterior a 1965. Tais revisões relacionam-se com melhorias nas informações estatísticas correntes e também com a possibilidade de utilização dos dados econômicos do Censo de 1970 e outros mais, o que não pôde ser feito por ocasião da apresentação das Contas em 1971. Em vista do exposto é importante ter presente que as Contas Nacionais usadas por nós e pelos diversos trabalhos referidos não são comparáveis entre si.

Conforme consta da apresentação das Contas Nacionais em *Conjuntura Econômica*, ano 31, nº 7, julho de 1977,

Rio de Janeiro, p. 90 a 120: "O usuário que desejar confrontar as novas estimativas com as anteriormente publicadas irá certamente verificar alterações de certa significação entre as duas séries".

Cabe destacar que os dados revisados dão maior realce, desde o início da década de 50, ao setor Indústria na geração de renda, em detrimento da Agricultura.

Os valores relacionados com a agricultura são mais dificilmente contabilizados e é provável que isto se reflita nas Contas revistas, subestimando seu peso na geração da renda nacional. Regionalmente, por exemplo, é provável que esteja refletindo no decréscimo da participação da agricultura nordestina, onde parte expressiva da produção

se destina a consumo próprio ou a circuitos comerciais locais, em contraposição ao caráter cada vez mais capitalista da agricultura do Sul e do Sudeste. Tais ressalvas devem ser acrescentadas à afirmação de que "... o forte declínio de participação da agricultura no produto deve ser analisado no contexto de uma rápida industrialização da economia e da própria modernização do setor, mais dependente da compra de produtos industrializados". (*Indicadores Sociais*, (1979), p. 90).

*NOTA B* — Os dados de estrutura interna da renda regional do Nordeste foram extraídos de OLIVEIRA & REICHSTUL (1977), e são anteriores à reformulação dos cálculos, referida na Nota A.

## BIBLIOGRAFIA

- BAER, Werner & GEIGER, Pedro P. (1976) — Industrialização, urbanização e a persistência das desigualdades regionais do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, 30 (2), p. 3/99, FIBGE, Rio de Janeiro.
- CANO, Wilson (1977) — Raízes da concentração industrial em São Paulo. *Difusão Européia do Livro*, São Paulo.
- CARDOSO, Fernando H. & MÜLLER, Geraldo (1977) — Amazônia: expansão do capitalismo. Editora Brasiliense, São Paulo.
- CARDOSO DE MELLO, João Manoel (1975) — O capitalismo tardio (Contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira). UNICAMP, Campinas (Exemplar mimeografado).
- CASTRO, Antonio Barros de (1971) — Sete ensaios sobre a economia brasileira. 2º Vol., Forense Universitária, Rio de Janeiro.
- COUTINHO, Luciano G. & BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello (S.D.) — O desenvolvimento do capitalismo avançado e a reorganização da economia mundial no pós guerra. *Estudos CEBRAP*, 23, p. 5/31. Edições CEBRAP, São Paulo.
- GEIGER, Pedro P. (1970) — Divisão regional e problema regional. *Revista Brasileira de Geografia*, 32 (2), p. 157/170, FIBGE, Rio de Janeiro.
- GEIGER, Pedro P. & DAVIDOVICH, Fany (1974) — Reflexões sobre a evolução da estrutura espacial do Brasil sob o efeito da industrialização. *Revista Brasileira de Geografia*, 36 (3), p. 3/29, FIBGE, Rio de Janeiro.

- KAYSER, Bernard (1966) — A região como objeto de estudo da geografia. in *A geografia ativa*, p. 281/324, Difusão Européia do Livro, São Paulo.
- (1967) As divisões do espaço geográfico nos países subdesenvolvidos. *Boletim Geográfico*, 197, p. 13/20, IBGE, Rio de Janeiro.
- LACOSTE, Yves (1973) — A Geografia. in *A filosofia das ciências sociais de 1860 aos nossos dias — História da filosofia, idéias, doutrinas*, Vol. 7, Zahar Editores, Rio de Janeiro.
- LIPIETZ, Alain (1977) — *Le capital et son espace*. François Maspero, Paris.
- MAHAR, Dennis J. (1978) — *Desenvolvimento econômico da Amazônia. Uma análise de políticas governamentais*. IPEA, 39, IPEA, Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA, Francisco de (1975) — *Elegia para uma região. Sudene, Nordeste e conflito de classe*. 2ª Edição, Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA, Francisco de & REICHSTUL, Henri-Philippe (1977) — Mudanças na divisão inter-regional do trabalho no Brasil. in *A economia da dependência imperfeita*, p. 39/75, Graal, Rio de Janeiro.
- SILVA, Sérgio (1976) — *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. Editora Alfa-Ômega, São Paulo.
- SINGER, Paul (1968) — *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. Editora Nacional/EDUSP, São Paulo.